CONTRATO N.º 87/2023-ML

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REVISÃO DO PROJETO DO PROLONGAMENTO DA LINHA VERMELHA ENTRE SÃO SEBASTIÃO E ALCÂNTARA, DO METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

PROC. N.º 013/2023-DLO/ML

Entre: -----

METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E., Entidade Pública Empresarial (ML), com sede social na Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 28, 1069-095 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa / NIPC: 500 192 855, representada pelos Senhores Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos e Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos, na qualidade, respetivamente, de Presidente do Conselho de Administração e Vogal do Conselho de Administração, com poderes para o ato, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º dos Estatutos do ML, E.P.E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de Junho, adiante abreviadamente designada por ML ou Primeiro Outorgante e,-----

FUTURE PROMAN, S.A., sociedade anónima, com sede Alameda Fernão Lopes, n.º 16, Bloco A, 10º piso, 1495-190 Algés, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n. / NIPC: 501 201 840, representada pelo Senhor Carlos António de Magalhães Ferraz do Prado de Lacerda, na qualidade de representante legal, com poderes para o ato, abreviadamente designada por Segundo Outorgante, -----

Tendo em conta: -----

- a) A decisão de adjudicação tomada por deliberação do Conselho de Administração do ML, de 04/10/2023, relativa ao procedimento de Concurso Publico com publicação no JOUE, referente ao Proc. n.º 013/2023–DLO/ML; -----

b) O ato de aprovação da minuta do contrato tomado na mesma deliberação do Conselho de Administração do ML, de 04/10/2023;-----

c) A caução prestada pelo Segundo Outorgante mediante Seguro-Caução n.º 23-00000077-001, emitida pela ABARCA – Companhia de Seguros, S.A., no valor de 84 915,00 euros (correspondente a 5% do preço contratual); -----

E considerando: -----

a) A despesa inerente ao contrato que tem o número de compromisso 5423004847 para os efeitos da Lei n.º 08/2012, de 21 de Fevereiro; -----

b) A despesa reveste natureza de despesa plurianual, e encontra-se abrangida pela autorização concedida com a aprovação do “Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento da Linha Vermelha até Alcântara, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2022, de 29 de Dezembro e Integra os investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), TC -C15 -i01 — Expansão da Rede do Metro de Lisboa — Linha Vermelha até Alcântara;-----

c) O Código CPV: 71248000-8 – Supervisão de Projeto e Documentação;-----

É celebrado o presente contrato, nos termos das seguintes cláusulas: -----

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente contrato tem por objeto a “Aquisição de Serviços para Revisão do Projeto do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 013/2023-DLO/ML”, a executar pelo Segundo Outorgante, de acordo com o Caderno de Encargos e respetivos anexos.-----

2. Na execução do contrato observar-se-á o disposto no presente título contratual, bem como nos documentos anexos, abaixo indicados, que fazem parte integrante do contrato e são rubricados por ambas as partes Outorgantes:-----
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos (Anexo I);----
 - b) Caderno de Encargos e respetivos anexos (Anexo II);-----
 - c) Proposta adjudicada (Anexo III);-----
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.-----
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos, e aceites pelo Segundo Outorgante nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Diploma.-----

Cláusula 2.ª

Âmbito dos serviços

1. Os serviços que são objeto do presente contrato consistem na Revisão do Projeto do Prolongamento da Linha Vermelha entre S. Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., de acordo com a legislação vigente, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (CCP), na sua redação atual, e a Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de Julho, necessário à concretização do empreendimento.-----
2. Nos termos do artigo 11.º, n.ºs 1 e 5 do Anexo I da Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho, classifica-se a obra na Categoria IV.-----
3. A Revisão do Projeto centrar-se-á na verificação dos seguintes aspetos:-----
 - a) Cumprimento do programa definido pelo Metropolitano de Lisboa (ML);-----

- b) Instrução do projeto com todos os elementos escritos e desenhados necessários à sua tramitação;-----
- c) Verificar a conformidade do Projeto relativamente às normas, códigos, regulamentos e especificações;-----
- d) Grau de rigor e de detalhe do projeto para a obra;-----
- e) Compatibilização entre projetos das várias especialidades;-----
- f) Exequibilidade das soluções sob o ponto de vista construtivo;-----
- g) Identificar métodos inadequados de construção, materiais e equipamentos;-----
- h) Verificar a conformidade do Projeto de Execução com a Declaração de Impacte Ambiental;-----
- i) Verificar a conformidade do Projeto com os critérios de investimento sustentável aplicáveis, conforme estabelecido no Regulamento (EU) 2020/528, de 18 de junho, através da verificação da integração das medidas propostas para o cumprimento do princípio de “não prejudicar significativamente nenhum dos objetivos ambientais” (DNSH – “Do No Significant Harm”) previstos no artigo 9.º nos termos do artigo 17.º, em particular:-----
 - i.1) Medidas que evidenciam o contributo para o objetivo ambiental “a) A mitigação das alterações climáticas”;-----
 - i.2) Medidas de avaliação e controlo enquadradas nos objetivos ambientais “b) Adaptação às alterações climáticas”, “c) Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos”, “d) Transição para uma economia circular”, e “e) Prevenção e controlo da poluição”.-----
- j) Aferir do rigor das medições e da estimativa orçamental;-----
- k) Proceder à remedição e reorçamentação do Projeto;-----

- l) Detetar e identificar erros e omissões.-----
4. A Revisão de Projeto centrar-se-á nas fases de:-----
- a) Anteprojeto ou Projeto Base;-----
- b) Projeto de Execução.-----
5. A atividade de Revisão do Projeto, nas fases de Estudo Prévio, Projeto Base e Projeto de Execução, revestir-se-á de uma natureza sistemática e contínua, sendo feita desde o início das várias fases anteriormente descritas em tempo real e concomitantemente, não incidindo somente sobre a conclusão de cada fase do Projeto.-----
6. O Revisor do Projeto fará o acompanhamento e validação dos projetos de todas as especialidades indicadas na cláusula 3.ª, desde o início da sua atividade, participando nas opções que se forem tomando ao longo das diferentes etapas, em diálogo permanente com os diversos elementos da Equipa Projetista, Empreiteiro e do ML (Dono-de-Obra).----
7. A natureza, extensão e descrição dos trabalhos das Empreitadas com projetos objeto da Prestação de Serviços Revisão de Projeto, encontram-se descritos no **Anexo I** do Caderno de Encargos.-----

Cláusula 3.ª

Projetos das especialidades objeto da revisão

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Anexo I da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, no âmbito da “Empreitada de Projeto e Construção dos Toscos, Acabamentos e Sistemas Tecnológicos, no âmbito da concretização do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa - Prolongamento da Linha Vermelha entre S. Sebastião e Alcântara”, o projeto será desenvolvido na fase de Anteprojeto ou Projeto Base e Projeto de Execução (incluídos na prestação de serviços de revisão de projeto), nas seguintes especialidades (incluindo peças escritas e desenhadas):-----

- a) Escavação e Contenção Periférica (Estações Novas, Poços de Ataque à Obra e Poços de Ventilação de Interestação);-----
- b) Estruturas e Métodos Construtivos das Novas Estações (Toscos e Estruturas Internas);-----
- c) Estruturas e Métodos Construtivos dos Poços de Ventilação de Interestação;-----
- d) Túneis (Estruturas e Métodos Construtivos);-----
- e) Estruturas e Métodos Construtivos do Viaduto em Alcântara;-----
- f) Estruturas de Contenção Provisória ou Definitiva (associadas à construção das Estações, Túneis, Viaduto e Poços de Ventilação de Interestação);-----
- g) Estruturas de Contenção ao longo do Traçado (Muros de Suporte, Estabilização e Contenção de Taludes e de Encostas);-----
- h) Demolições (Edifícios e de outras Infraestruturas Interferidas pelo Traçado);-----
- i) Desmonte Cuidado do Troço de Muralha do Baluarte do Livramento afetada diretamente pela Construção do Encontro do Viaduto em Alcântara;-----
- j) Estrutura de Contenção e Reforço/Estabilização da Muralha do Baluarte do Livramento;-----
- k) Interferências (Levantamento do Estado do Património Edificado ao longo do Traçado e Análise de Risco);-----
- l) Elaboração dos Cenários de Risco, Elaboração dos Planos de Observação e Projetos de Monitorização/Instrumentação;-----
- m) Estruturas de Reforço dos Edifícios ao longo do Traçado (Consolidação de Fundações);-----
- n) Faseamento Construtivo;-----

- o) Desvios Provisórios de Trânsito;-----
- p) Desvio e reposição das vias rodoviárias no ramo de acesso à Ponte 25 de Abril;----
- q) Serviços Afetados (Desvio provisório com reposição ou desvio definitivo, das Infraestruturas no Subsolo);-----
- r) Geologia/Geotecnia;-----
- s) Hidrologia;-----
- t) Projeto de Integração do Prolongamento da Linha Vermelha entre S. Sebastião e Alcântara na Infraestrutura e Sistema Metro existente;-----
- u) Projeto das Infraestruturas Embebidas na Estrutura de Betão Armado (em paredes, lajes/pavimentos e soleiras):-----
 - i. Rede de tubagem de águas e de serviço de incêndio embebida. Coluna seca;-
 - ii. Rede de tubagem de drenagem embebida, rede de coletores e caixas de drenagem;-----
 - iii. Passa-Muros (nos poços de bombagem, chaminés de bombagem, travessias de lajes de piso e paredes, etc.);-----
 - iv. Rede de terras embebida;-----
 - v. Rede de correntes vagabundas;-----
 - vi. Infraestrutura de instalação elétrica e de telecomunicações embebida. Rede de tubagem, condutas, caminhos de cabo e caixas;-----
 - vii. Poços de terra (caixa sem fundo e drenada);-----
 - viii. Travessias de Via Férrea (Multitubulares).-----
- v) Plano de Negativos para as Salas Técnicas, nomeadamente:-----
 - i. Quadro geral de baixa tensão (QGBT);-----
 - ii. Posto de transformação e seccionamento (PST);-----

- iii. Posto de transformação e seccionamento de interestação (PST'i);-----
- iv. Subestação de energia de tração (SET);-----
- v. Sala de bombagem.-----
- w) Projeto de betão armado dos poços de bombagem de águas residuais, dos reservatórios de águas para combate a incêndios betonados "*in-situ*", das fossas dos elevadores e das fossas das escadas mecânicas;-----
- x) Plano de cotas de instalação dos elevadores e escadas mecânicas;-----
- y) Plano de negativos (atravessamentos de lajes/pavimentos e paredes) para passagem e atravessamento das condutas de ventilação e ar condicionado;-----
- z) Projeto dos Cimbres de Proteção à Via Férrea (término de S. Sebastião);-----
- aa) Projeto dos Tímpanos de Separação entre a zona de obra e zona em exploração (no término de S. Sebastião);-----
- bb) Projeto de Estaleiro(s);-----
- cc) Traçado Ferroviário;-----
- dd) Superestrutura de Via e Plataforma Ferroviária;-----
- ee) Atenuação de Ruído e Vibrações no Túnel e no Viaduto (medidas de minoração da ocorrência de potenciais situações de incomodidade ao ruído da interação rodacarril e vibração decorrentes da circulação do material circulante);-----
- ff) Drenagem de Via;-----
- gg) Arquitetura e Acabamentos;-----
- hh) Arquitetura Paisagística (requalificação dos espaços urbanos intervencionados (Inserção urbana dos elementos emergentes à superfície, com presença definitiva, nomeadamente, bocas de acesso às estações, escadas de emergência, acessos aos PV's, grelhas/chaminés de ventilação);-----

- ii) Reposição/requalificação da superfície no Jardim da Parada | Jardim Teófilo Braga em Campo de Ourique e do Terreno do Logradouro entre a Av. Infante Santo e a Calçada das Necessidades.-----
- jj) Plano de reordenamento viário | estacionamento de Campo de Ourique CML | EMEL, [apenas zona vizinha à estação C. Ourique];-----
- kk) Projeto de Acessibilidades às estações e poços de ventilação e emergência, integrando os conceitos e requisitos para a promoção da acessibilidade na via pública e nos edifícios para todos, nos termos do Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto, na redação em vigor, e as exigências e requisitos para condições exteriores de segurança e acessibilidade nos termos do Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios, em anexo à Portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro, na redação em vigor;-----
- II) Estudo de Condicionamento Acústico, considerando:-----
 - i. A regulamentação existente em vigor, no que respeita às condições acústicas, conforme Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que entrou em vigor a 1 de Fevereiro de 2007. Este regulamento, à semelhança do anterior Regime Legal Sobre Poluição Sonora (revogado pelo novo RGR), define de uma forma global uma política de prevenção e combate ao ruído, tendo em vista a salvaguarda da saúde e o bem-estar das populações;-----
 - ii. No que se refere aos requisitos técnicos-funcionais dos edifícios/estações, conforme o Regulamento de Requisitos Acústicos dos Edifícios (RRAE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de Maio, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 96/2008 de 9 de Junho.-----

- mm) Segurança Contra Riscos de Incêndio em Edifícios (SCIE);-----
- nn) Dossier de Definição Segurança Global do Sistema;-----
- oo) Dossier sobre a análise da infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Definição das relações entre sustentabilidade e aceitabilidade levando em conta na análise, nomeadamente, os seguintes fatores:-----
- i. Custo do investimento versus contribuição para a mobilidade urbana e desenvolvimento económico gerado;-----
 - ii. Incorporação energética na Obra induzida pela solução de projeto;-----
 - iii. Custos do consumo de energia da infraestrutura em exploração;-----
 - iv. Potenciais fontes alternativas de energia (para autoconsumo ou disponibilização a terceiros);-----
 - v. Consumo de água potável;-----
 - vi. Sistemas e/ou processos de reutilização da água já utilizada ou de origem freática para operações de lavagem das estações e túneis, ou para sistema de rega dos espaços verdes;-----
 - vii. Custos de manutenção da infraestrutura ao longo do seu ciclo de vida;-----
 - viii. Custos de operação.-----
- pp) Estudo de Operação /Exploração;-----
- qq) Redes de Abastecimento de Águas;-----
- rr) Rede de Águas para Serviço de Incêndio;-----
- ss) Coluna Seca (Estações, Túneis e Viadutos);-----
- tt) Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais;-----
- uu) Rede de Tração e Média Tensão:-----

- i. Revisão do projeto de média tensão, projeto de tração e incluindo também revisão do estudo de simulação de marcha e consumo de energia.-----

vv) Rede de Baixa Tensão;-----

ww)Telecomunicações:-----

- i. Telefones ML;-----

- ii. Sistema de Sonorização;-----

- iii. Teleinformação e Distribuição Horária;-----

- iv. Bilhética - Venda e Controlo de Títulos de Transporte;-----

- v. Sistema de Supervisão das Instalações Técnicas – SSIT;-----

- vi. Sistema de Detecção Automática de Incêndios – SADI;-----

- vii. Sistema de Videovigilância – CITV;-----

- viii. Pontos de Ajuda e Intercomunicação – PAI;-----

- ix. Controlo de Acessos e Intrusão – CAIN;-----

- x. Rede de Dados – Backbone;-----

- xi. Cabo Radiante.-----

xx) ITED - Infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios;-----

yy) Instalações Mecânicas:-----

- i. Ascensores;-----

- ii. Escadas Mecânicas;-----

- iii. Sistemas de Bombagem de Águas Residuais de origem pluvial ou doméstica;-----

- iv. Sistema de Ventilação Geral Diluidora (Ventilação Principal) / Ventilação de Desenfumagem, incluindo:-----

1. Simulações de tráfego pedonal nas estações em situação normal e emergência;-----
 2. Simulações de ventilação de desenfumagem das estações em cenários de incêndio em contexto operacional;-----
 3. Simulação de ventilação de desenfumagem dos túneis e poços de ventilação de interestação em cenários de incêndio em contexto operacional.-----
- v. Sistema de Ventilação Secundária e Climatização (AVAC) nas estações e postos de tração nos termos.-----
- zz) Planos de Manutenção Preventiva Sistemática para a Infraestrutura e Equipamentos.-----
- aaa) Planos RAMS.-----
- bbb) Planos de Interfaces.-----
- ccc) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de construção e Demolição.-----
- ddd) Relatório Preliminar de Conformidade Ambiental com o Anteprojecto;-----
- eee) Relatório de Conformidade Ambiental com o Projecto de Execução.-----
2. No âmbito dos serviços de assessoria técnica ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., durante toda a fase de construção da Obra, serão ainda objeto de revisão os seguintes estudos:---
 - a) Estudos de Compatibilidade Eletromagnética e de Interferência Eletromagnética (EMC e EMI);-----
 - b) Análises RAMS dos diferentes sistemas e equipamentos considerados críticos pelo ML;-----
 - c) Planos de transferência de tecnologia;-----
 - d) Planos de testes em fábrica para receção dos equipamentos em fábrica;-----

- e) Planos de testes em obra para o comissionamento das instalações e posta em serviço;-----
 - f) Planos de trabalhos;-----
 - g) Planos de formação;-----
 - h) Planos de qualidade.-----
3. Relativamente ao seu conteúdo, os projetos serão executados obrigatoriamente de acordo com o Anexo I da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, devendo ser revistos todos os elementos produzidos.-----
4. Sem prejuízo da atividade de revisão de projeto ter uma natureza sistemática e contínua, desde o início das várias fases, todas as peças escritas e desenhadas relativas aos projetos das especialidades aludidos nos números anteriores da presente cláusula, a realizar pelo(s) Empreiteiro(s), serão objeto da correspondente revisão e parecer por parte do Revisor do Projeto.-----

Cláusula 4.ª

Metodologia Geral da Revisão do Projeto

1. Tendo em conta o âmbito e a natureza da Revisão do Projeto, o Segundo Outorgante deverá implementar a seguinte Metodologia Geral da Revisão do Projeto:-----
- a) Controlo do planeamento dos projetos, mantendo o ML informado sobre eventuais atrasos, nomeadamente, os que contingentemente prejudiquem a atividade da Revisão do Projeto;-----
 - b) Realização de reuniões com o Coordenador do Projeto e com os Técnicos Responsáveis pelas áreas disciplinares, de modo a avaliar a situação de cada uma das fases de projeto e a necessidade de eventuais recomendações de alterações ou de aditamentos;-----

- c) Realização de reuniões setoriais de coordenação interdisciplinar, de modo a assegurar a coerência e a suficiência das soluções;-----
- d) Apresentação periódica ao ML da situação da Revisão do Projeto, propondo as necessárias medidas corretivas ao desenvolvimento dos projetos, de modo a evitar futuras situações de atraso do projeto e da obra;-----
- e) Deverão ser oportunamente e completamente identificados todos os eventuais erros e omissões, incluindo as suas consequências no âmbito das interfaces disciplinares, para efeito da imediata informação ao ML;-----
- f) Em casos críticos, deverá ser dado ao Autor do Projeto um prazo para apreciação e resposta formal às questões levantadas, findo o qual será emitida uma informação ao ML, contendo as recomendações consideradas necessárias para garantia de um correto desenvolvimento dos estudos no domínio técnico e tendo em atenção o cumprimento das metas orçamentais e as datas de início e de conclusão das fases do projeto e da obra.-----

2. A verificação técnica dos projetos deverá ser organizada de modo a garantir a sua eficácia e fiabilidade e assegurar, no caso de incorreções do projeto, uma deteção que não peque por tardia e que evite dispêndio de tempo e de recursos no desenvolvimento de uma solução inadequada.-----
3. Com a verificação técnica pretende-se, para além do aspeto formal e de organização do processo, a verificação de que não há erros significativos, nomeadamente de conceção, de cálculo e dimensionamento, definição de formas e pormenorização e definição de materiais e processos construtivos, equipamentos e sistemas técnicos.-----

4. Numa primeira abordagem de natureza geral e preliminar, soluções de concepção e gerais, memórias descritivas, especificações técnicas, cálculos, desenhos, critérios de medição e pagamento, mapas de medição e de estimativa orçamental, deverão ser analisados com o detalhe suficiente para uma conclusão definitiva no que respeita à sua conformidade, suficiência e qualidade descritiva e quanto à compatibilidade, condicionamentos orçamentais e exigências interdisciplinares. Nesta fase serão assinaladas as omissões, os eventuais erros ou anomalias do projeto e situações de não conformidade, cuja natureza justificará, então, a necessidade de recurso a técnicas de avaliação mais detalhada e rigorosa.-----
5. Após a avaliação geral e preliminar anteriormente referida, e pela qual se asseguram a correção da concepção global e as condições de consistência e de unívoca interpretação, deve ser efetuada uma verificação detalhada das peças do projeto, a qual terá como objetivos principais:-----
 - a) Garantia de uma natureza completa e exata, nomeadamente: localizações, geometrias, escalas, sistema de cotas, etc.;-----
 - b) Garantia de exequibilidade e de qualidade tecnológica, nomeadamente: compatibilidade, coerência, adequação a condições e técnicas construtivas ou de montagem, qualidade dos materiais e equipamentos, etc.;-----
 - c) Garantia de conformidade com as especificações técnicas.-----
6. Identificado um erro, uma insuficiência ou omissão de projeto, a Equipa Técnica de Revisão deverá recolher e analisar toda a informação que com ele esteja relacionada, nomeadamente, programas de estudos, simulações, opção conceptual, métodos de cálculo ou de dimensionamento, materiais, processos construtivos, especificações técnicas, normas de projeto, etc., e deverá caracterizar as suas consequências nos domínios

da qualidade, dos prazos e dos custos e deverá delas dar cabal conhecimento ao ML, acompanhada de uma proposta de ação corretiva.-----

7. No caso de ser indispensável uma cabal e detalhada descrição de um erro, omissão ou inadequação do projeto, em qualquer dos projetos das especialidades, deverá a Equipa Técnica de Revisão realizar um redimensionamento da “área” defeituosa (parte do projeto afetada pelo erro, omissão ou inadequação) de acordo com um método, cuja escolha será determinada pela natureza, importância e complexidade da “área” objeto da verificação.-
8. Dependendo da criticidade do erro detetado, deverá o Revisor proceder ao redimensionado por completo e de raiz a “área” considerada defeituosa, ou realizada por completo a medição ou descrevendo a omissão justificadamente. Em alternativa, e em função da criticidade, poderá o Revisor recorrer a análise comparada entre partes do mesmo projeto, ou tendo em conta experiência de projetos e/ou soluções similares.-----
9. A verificação das peças desenhadas incidirá, de um modo geral, sobre dois domínios: o da observância das normas especificadas para a sua elaboração e o da consistência técnica e interdisciplinar. O método de verificação de desenhos deverá seguir como regra geral, os seguintes passos:-----
 - a) Constituição de um conjunto completo de todos os desenhos a verificar, acompanhado de toda a informação que lhes serviu de base;-----
 - b) Identificação de cada cópia do desenho com a designação “Cópia para Verificação”, a data e a identificação do “Revisor”. Enquanto durar o processo de verificação, não será introduzida qualquer alteração ao desenho sem uma ação coordenada com o “Revisor”;-----
 - c) Identificação da informação verificada e correta;-----
 - d) Identificação da informação a ser corrigida/completada;-----

- e) Identificação das informações já introduzidas no original;-----
- f) Identificação das áreas do desenho com informação ainda em falta;-----
- g) Confirmação da conclusão da verificação pela assinatura do “Revisor” na legenda do desenho original.-----

10. Para efeitos da verificação da sua consistência técnica e interdisciplinar, deverão merecer atenção os seguintes aspetos:-----

- a) Suficiência da informação desenhada;-----
- b) Alteração a projetos já elaborados;-----
- c) Integração interdisciplinar das alterações de projeto;-----
- d) Compatibilidade interdisciplinar.-----

11. Terminada a verificação, a peça desenhada deve ser devidamente arquivada, uma vez classificada e identificada com uma das seguintes menções:-----

- a) Aprovado;-----
- b) Rejeitado.-----

12. A verificação das Medições incidirá, de um modo geral, sobre:-----

- a) Verificar a existência de critérios de medição concretos e precisos;-----
- b) Verificar a adequação e a suficiência do articulado ao projeto;-----
- c) Fazer uma análise crítica das Medições, conferindo eventuais omissões e verificar os artigos mais significativos dentro dos parâmetros habituais;-----
- d) Identificar os artigos não previstos, mas passíveis de ocorrer, com vista a contemplar situações imprevisíveis;-----
- e) Confirmar que não existe duplicação de artigos, face a outras especialidades;-----
- f) Verificar a compatibilidade entre si das soluções definidas em cada um dos projetos;-

g) Verificar se os critérios de medição são adequados e completos;-----

h) Verificar a compatibilidade das Medições e seus critérios com todos os trabalhos e métodos construtivos previstos;-----

m) Identificado um erro, e no caso de ser indispensável uma cabal e detalhada descrição do erro, em qualquer dos projetos das especialidades, deverá a Equipa Técnica de Revisão proceder à remedição e reorçamentação do “artigo defeituoso”.-----

13. A verificação da Estimativa Orçamental incidirá, de um modo geral, sobre:-----

a) Verificar o rigor dos diversos artigos do Orçamento e a sua compatibilidade com os mesmos artigos das Medições;-----

b) Fazer uma análise crítica aos preços unitários, conferindo eventuais desvios aos valores correntes de mercado relativamente aos artigos mais significativos dentro dos parâmetros habituais.-----

14. Deverá ser assegurado o controlo das alterações aos projetos com o objetivo da garantia da qualidade das soluções construtivas e de uma avaliação nos domínios orçamental e do planeamento.-----

15. Independentemente da entidade que a propõe (Autor do Projeto, ML, Empreiteiro, Fiscalização) deverão ser observados os seguintes procedimentos no caso de uma alteração ao projeto:-----

a) A alteração só deve ser introduzida nas peças de projeto ou implementada em obra com a autorização formal do Autor do Projeto e do ML;-----

b) A alteração deve ser completamente caracterizada pela entidade que a propõe no domínio técnico, de custo e de prazo;-----

- c) A alteração devidamente instruída nos domínios técnicos, económico e de prazo, com o parecer do Autor do Projeto e das áreas de controlo de custos e de prazos, é avaliada pela Revisão do Projeto que submeterá o seu parecer ao ML;-----
- d) A alteração, após ser aprovada pelo ML, só pode ser introduzida nas peças de projeto ou implementada em obra quando devidamente identificada em desenho para construção com a classificação “Aprovado”.-----

Cláusula 5.ª

Obrigações gerais do Segundo Outorgante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorre para o Segundo Outorgante a obrigação de prestar os serviços com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa, de acordo com os termos e condições previstos no Caderno de Encargos e no Contrato, em respeito pelas normas legais e pelas boas regras de arte, devendo ter em consideração os interesses e expectativas do ML.-----
2. Todos os documentos elaborados pelo Segundo Outorgante, bem como a troca de correspondência efetuada no âmbito da execução contratual deverão ser redigidos, exclusivamente, em língua portuguesa.-----
3. O Segundo Outorgante obriga-se a prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo ML, com a periodicidade que este entender conveniente, relativamente à execução dos serviços e, bem assim, ao cumprimento das obrigações que para aquele emergem do Contrato.-----

4. O Segundo Outorgante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à completa execução das tarefas a seu cargo.-----

Cláusula 6.ª

Prazo

1. Tendo em conta que os serviços objeto do presente contrato são indissociáveis da conclusão dos Projetos e eventuais alterações e retificações, aqueles serviços serão prestados por prazo indeterminado.-----
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, prevê-se que os serviços que são objeto do presente contrato tenham uma duração de 1106 dias de calendário, contados da outorga do contrato.-----
3. O contrato terminará a sua vigência com a receção provisória da Empreitada.-----

Cláusula 7.ª

Seguros

1. Sem que isso limite as suas obrigações e responsabilidades, nos termos do estipulado no contrato, o Segundo Outorgante obriga-se a constituir um seguro em seu nome e no do ML, cobrindo todos os danos e prejuízos causados ao ML ou a terceiros, emergentes da Prestação de Serviços previstos no contrato e resultantes de causas de qualquer natureza.-----
2. O seguro, a constituir na data do início da Prestação de Serviços, deverá abranger 2% do preço contratual indicado na proposta e cobrir toda a vigência do contrato.-----

3. O Segundo Outorgante deverá apresentar ao ML a apólice ou apólices de seguro, até 8 (oito) dias após o início da vigência do contrato e os recibos de pagamento dos prêmios decorrentes, nos trinta dias após o seu pagamento.-----
4. O objeto do seguro deverá considerar as condições de execução do contrato, cobrindo todas as situações de risco que se possam verificar, tanto no próprio resultado da prestação dos serviços, como para terceiros.-----
5. O Segundo Outorgante obriga-se ainda a efetuar o seguro de todos os membros da Equipa Técnica, em conformidade com o disposto nos números seguintes.-----
6. As apólices de seguro cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais constando delas uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão do contrato.-----
7. Os encargos referentes aos seguros impostos pelo Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, são da responsabilidade do Segundo Outorgante.-----
8. Se o Segundo Outorgante não tiver celebrado os necessários contratos de seguro, ou não tiver pago ou atualizado os seguros referidos nos números anteriores, pode o ML resolver o contrato ou, em alternativa, celebrar ou manter o contrato de seguro em falta, pagando os prêmios que forem devidos e deduzindo as correspondentes quantias ao(s) pagamento(s) a fazer ao Segundo Outorgante.-----
9. A celebração dos contratos de seguro referidos nos números anteriores ou o exercício das posições jurídicas deles resultantes não eximem o Segundo Outorgante do pagamento de quaisquer penas contratuais ou indemnizações que, nos termos legais ou contratuais, lhe incumba satisfazer.-----

Cláusula 8.ª

Confidencialidade e sigilo profissional

1. Todos os dados ou informações relativos ao ML a que o Segundo Outorgante tenha acesso, no âmbito da Prestação de Serviços, devem ser tratadas sob reserva de confidencialidade, não podendo ser divulgados por qualquer forma, sem prévia autorização escrita do ML, restringindo-se a sua utilização ao prosseguimento do fim a que se destinam.-----
2. Exclui-se do disposto no número anterior a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Segundo Outorgante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.-----

Cláusula 9.ª

Direitos de propriedade intelectual

1. São do Segundo Outorgante todas as obrigações que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade intelectual designadamente, desenhos registados, marcas de comércio ou fabrico, bem como a obtenção das autorizações necessárias e o pagamento dos correspondentes encargos, ficando o único responsável no caso de qualquer questão judicial.-----
2. O Segundo Outorgante é responsável pela infração de quaisquer direitos de patente, de conceção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes a bens e serviços objeto do contrato, incluindo, nomeadamente, projetos, estudos, programas informáticos, equipamento, materiais, documentação ou trabalhos realizados.-----

3. O Segundo Outorgante é responsável por qualquer reclamação feita ao ML, resultante de violação ou alegada violação desses direitos, devendo ressarcir-lo, integralmente, de todos os danos e encargos que este venha a suportar na sequência de tais violações.-----

Cláusula 10.ª

Preço contratual

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do mesmo, o ML pagará ao Segundo Outorgante o preço contratual de € 1.698.300,00 (um milhão, seiscentos e noventa e oito mil e trezentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----
2. O preço referido no n.º 1 é firme e não revisível e abrange todos os trabalhos necessários à prestação de serviços, incluindo os trabalhos preparatórios e/ou acessórios, englobando todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao ML, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ou ainda as despesas da constituição de seguros e da caução.-----

Cláusula 11.ª

Condições de pagamento

1. O preço previsto no n.º 1 da cláusula anterior será pago da seguinte forma:-----
 - a) 18%, em 41 prestações mensais de igual valor, após a emissão das Declarações de Aceitação relativas aos Relatórios Mensais de Progresso;-----
 - b) 80%, divididos em duas parcelas:-----

- i. A primeira, de 40%, após a emissão da Declaração de Aceitação relativa ao Relatório Final de Revisão do Anteprojeto;-----
 - ii. A segunda, de 60%, após a emissão da Declaração de Aceitação relativa ao Relatório Final de Revisão do Projeto de Execução;-----
 - c) 2%, após a emissão da Declaração de Aceitação relativa ao Relatório Final Global da Prestação de Serviços.-----
2. As faturas serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da sua aprovação pelo ML, através de depósito ou transferência bancária para o IBAN indicado para o efeito pelo Segundo Outorgante.-----
 3. O ML tem o direito de deduzir, nos pagamentos a fazer ao Segundo Outorgante, as quantias relativas a multas aplicadas e, ainda, todas as demais quantias que sejam legalmente exigidas.-----
 4. As faturas são enviadas à Direção Financeira do ML, sita na Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 28, 1069-095 Lisboa, ou por via eletrónica, em cumprimento dos normativos legais em vigor, devendo fazer referência ao número do contrato e de compromisso, sob pena de serem devolvidas.-----
 5. Em caso de atraso do ML no cumprimento das suas obrigações de pagamento, o Segundo Outorgante tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.-----

Cláusula 12.ª

Reforços da caução prestada e liberação da caução

1. Serão retidos 5% do valor de cada fatura emitida pelo Segundo Outorgante para reforço da caução prestada.-----

2. A caução prestada, bem como os respetivos reforços, só serão liberados pelo ML, depois de realizadas todas as atividades previstas na Prestação de Serviços e cumpridas todas as obrigações contratuais.-----
3. O reforço da caução previsto no n.º 1 pode ser substituído por garantia bancária ou seguro-caução.-----

Cláusula 13.ª

Penalidades contratuais

1. Quando se verificarem atrasos na execução da(s) Empreitada(s), da responsabilidade do Segundo Outorgante, o ML poderá aplicar uma multa correspondente a 0,5% do preço contratual por cada dia de atraso, e sem prejuízo das indemnizações a que houver lugar por danos sofridos.-----
2. Se o Segundo Outorgante, por sua iniciativa, não previamente sancionada pelo ML, der causa que permita que o Empreiteiro venha a ter direito à reposição do equilíbrio financeiro ao abrigo do disposto no artigo 354º do Código dos Contratos Públicos, ser-lhe-á aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor do ressarcimento obtido pelo Empreiteiro.-----
3. Se o Segundo Outorgante, por sua iniciativa, não previamente sancionada pelo ML, der causa que permita que o Empreiteiro tenha direito às suspensões previstas nos artigos 297º e 366º do Código dos Contratos Públicos, ser-lhe-á aplicada multa correspondente a até 100% (cem por cento) do valor dos prejuízos sofridos pelo ML.-----
4. Por cada dia de atraso na apresentação, ao ML, dos relatórios, pareceres e outros documentos contratualmente exigíveis, poderá ser aplicada ao Segundo Outorgante uma multa diária de até 0,05% do preço contratual.-----

5. Se qualquer multa, ou o seu conjunto, atingir um valor superior a 20% do preço contratual, o ML reserva-se o direito de optar pela rescisão do contrato.-----
6. A liquidação das eventuais multas em que o Segundo Outorgante incorra será efetuada por desconto no pagamento ou pagamentos imediatos à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.-----
7. A requerimento devidamente fundamentado do Segundo Outorgante, não serão aplicadas multas se o(s) incumprimento(s) resultar(em) de caso(s) de força maior, e como tal reconhecido(s) pelo ML; o(s) requerimento(s) tem de ser enviado logo que o Segundo Outorgante tenha conhecimento do(s) motivo(s) de força maior.-----
8. As penalidades pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o ML exija uma indemnização pelos danos sofridos.-----

Cláusula 14.ª

Resolução

1. O primeiro Outorgante poderá resolver o Contrato nos termos e de acordo com a Cláusula 24.ª do Caderno de Encargos.-----
2. A resolução por razões de interesse público poderá ocorrer nos termos e de acordo com a Cláusula 25.ª do Caderno de Encargos.-----
3. O segundo Outorgante poderá resolver o Contrato nos termos e de acordo com a Cláusula 26.ª do Caderno de Encargos.-----

Cláusula 15.ª

Gestor do Contrato

Por parte do ML foi designado como Gestor do Contrato, nos termos do artigo 290º A do CCP, o Senhor [REDACTED] (DCE).-----

Cláusula 16.ª

Proteção de Dados Pessoais

1. O Segundo Outorgante deverá apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma a que o tratamento de dados pessoais satisfaça os requisitos do RGPD - Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e demais legislação que lhe seja aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados, nomeadamente, através da existência e do cumprimento de um código de conduta ou de procedimento de certificação aprovado conforme referido nos artigos 40.º e 42.º do RGPD.-----
2. Constitui obrigação do Segundo Outorgante, em matéria de proteção de dados pessoais, nomeadamente:-----
 - a. Tratar dados pessoais apenas mediante instruções documentadas pelo ML, a menos que seja obrigado a fazê-lo por legislação nacional ou europeia, informando nesse caso o ML desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;-----
 - b. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;-----
 - c. Adotar todas as medidas exigidas em termos de segurança dos dados pessoais;-----

- d. Ter em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência ao ML através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos de informação, acesso, retificação, apagamento, portabilidade, oposição e outros previstos no RGPD;-----
 - e. Prestar assistência ao ML no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança dos dados pessoais, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao dispor do Segundo Outorgante;-----
 - f. Consoante indicação do ML, apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo de legislação nacional ou europeia;-----
 - g. Disponibilizar ao ML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula e facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo ML ou por outro auditor por esta mandatado.-----
3. Compete ao Segundo Outorgante informar imediatamente o ML se, no seu entender, alguma instrução violar o Contrato ou o RGPD ou outras disposições legais nacionais ou europeias em matéria de proteção de dados.-----

Cláusula 17.ª

Regime Jurídico e Foro competente

- 1. À execução do contrato é aplicável legislação a portuguesa.-----

2. Para dirimir quaisquer litígios emergentes do concurso é competente o Tribunal da Comarca de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro foro.-----

Cláusula 18.ª

Disposições finais

Os documentos anexos ao presente contrato são rubricados, por parte do ML, pela Senhora [REDACTED] (DLO).-----

Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente contrato com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela Lei. -----

Feito em duplicado, sendo que os dois exemplares valem como originais, destinando-se um exemplar a cada uma das partes. -----

Lisboa, 31 de outubro de 2023. -----

O Primeiro Outorgante,

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.11.07 11:52:50 Z

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.11.07 09:58:30 Z

O Segundo Outorgante,

CARLOS ANTONIO DE MAGALHAES FERRAZ DO PRADO DE LACERDA
Assinado de forma digital por CARLOS ANTONIO DE MAGALHAES FERRAZ DO PRADO DE LACERDA
DN: c=PT, ou=Certificate Profile - Qualified Certificate - Representativo, ou=Class - CDM, ou=POSSUIRES PARA, ou=ZINHO, ou=ORGAN E VINCULAR A ENTIDADE, ou=Limitation 1 - NO AMBITO DO OBJETO SOCIAL, 2.5.4.65=VATPFI=501201840, ou=FUTURE PROMAN, S.A., ou=Entitlement - ASSINAR DOCUMENTOS E CONTRATOS, email=carlos.ferraz@futureproman.pt, serialNumber=RND0F [REDACTED], cn=DE MAGALHAES FERRAZ DO PRADO DE LACERDA, givenName=CARLOS ANTONIO, cn=CARLOS ANTONIO DE MAGALHAES FERRAZ DO PRADO DE LACERDA
Dados: 2023.11.03 12:37:35 Z